



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	8871/2023
Data de Início	28/04/2023
Folha	43
Rubrica	8

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Processo administrativo n. 8871/2023

Recurso administrativo ao pregão presencial n. 007/2023

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção ao recurso administrativo interposto pela **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A. – CNPJ n. 17.162.280/0001-37**, às fls. 03-16, informar e requerer o que segue.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A. – CNPJ n. 17.162.280/0001-37**, ora recorrente, em face da decisão que a inabilitou e declarou a empresa **MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.** vencedora do certame para os itens n. 1 a 5.

A recorrente alega, em síntese, que atende aos requisitos relativos à qualificação econômico-financeira, se consideradas as normas dispostas pela Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, bem como o atestado apresentado pela empresa recorrida não satisfaz às exigências editalícias relativas à qualificação técnica.

Em contrarrazões, a empresa **MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA**, se manifestou pelo indeferimento do recurso interposto pela recorrente, sustentando que as exigências editalícias de qualificação técnica referem-se à gestão de mão de obra e que o atestado apresentado comprovava a alocação de 30 (trinta) profissionais e veículos, cada, havendo atendimento ao disposto pelo edital.

A Comissão Permanente de Licitação, às fls. 61-65, **manifestou-se pelo indeferimento do recurso**, sustentando que as exigências relativas à qualificação econômico-financeira se amoldam às exigências legais e jurisprudenciais e que a capacidade técnica das licitantes é aferida pela comprovação da execução de serviços de gestão de mão de obra. Ademais, em razão da natureza e importância da matéria, encaminhou os autos para manifestação da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Requisitante.

A Procuradoria Geral do Município, nos termos dispostos pelo Parecer GPG n. 387/PGM/2023,

Secretaria de Educação  
Rua Barcelar da Silva Bezerra, n. 105 - Centro, Maricá-RJ  
CEP 24.942-395



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	8871/2023
Data de Início	28/04/2023
Folha	44
Rubrica	[assinatura]

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

às fls. 66-72, de 9 de maio de 2023, opinou em sentido semelhante à CPL, ou seja, pelo indeferimento do recurso, submetendo os autos à análise da Secretaria Requisitante para elucidar a existência de complexidade ou especialidade dos serviços.

É o relatório.

Em que pesem os esforços empreendidos pela recorrente, depreende-se pela análise dos documentos acostados, bem como das manifestações exaradas pela Comissão Permanente de Licitação e pela Procuradoria Geral do Município, que não merecem prosperar as razões recursais.

As exigências relativas à qualificação técnica e econômico-financeira não se caracterizam como mera faculdade, mas sim um dever da Administração pela qual se possa aferir se a empresa licitante estará apta a executar os serviços pactuados, conforme enunciado pelo julgado do Tribunal de Contas da União:

*A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados.*

*(Acórdão n. 891/2018, Rel. Min. José Múcio Monteiro, Plenário, j. 25.04.2018)*

De forma diversa ao argumentado pela recorrente, a não comprovação de atendimento às exigências contábeis, apesar de sua vasta e reconhecida experiência, impõe a declaração de inabilitação, pois a qualificação econômico-financeira objetiva aferir a viabilidade de execução contratual sob o aspecto financeiro, conforme julgado:

*A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos para a satisfatória execução do objeto da contratação. O know how (o conhecimento e a capacidade técnico-operacional de sócio), utilizado na integralização de capital social, não revela concretude na disponibilidade de recursos a ser demonstrada para confirmar a viabilidade da execução contratual.*

*(Acórdão n. 2014/2007, Rel. Min. Valmir Campelo, Plenário, j. 26.09.2007)*

Além disso, a exigência de patrimônio líquido, no percentual de 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), prevista pelo item 11.1, b, da IN n. 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão é compatível com a presente contratação, pois se trata de prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra.

*Para fins de qualificação econômico-financeira de licitante, as exigências de capital circulante líquido de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação e de declaração de patrimônio líquido superior a 1/12 dos contratos firmados são adotadas, como regra, nos certames para prestação de serviços continuados com dedicação de mão de obra exclusiva, devendo ser justificadas no processo*





Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	8871/2023
Data de Início	28/04/2023
Folha	45
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

*administrativo da licitação quando se tratar de serviços de outra natureza, com demonstração das peculiaridades do objeto e, principalmente, do percentual adotado (itens 11.1 e 11.2 do Anexo VII-A da IN-MP 5/2017).*

*(Acórdão n. 970/2022, Rel. Min. Bruno Dantas, Plenário, j. 04.05.2022)*

A capacidade técnica, por sua vez, deve se limitar a comprovação da execução de serviços similares, não se admitindo, ao menos sem prévia justificativa, a exigência de serviços e/ou metodologias específicas. No caso concreto, o procedimento licitatório objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos com e sem motoristas, ou seja, há a prestação do serviço de locação de bens (veículos) cumulada com o serviço de alocação de mão de obra. É notória que a capacidade técnica das licitantes possa ser comprovada pela apresentação de atestados de gestão de mão de obra, em que se demonstre a capacidade de gerenciamento de pessoal.

Nesse sentido, não se vislumbra qualquer irregularidade ao se analisar o atestado apresentado pela recorrida, considerando que o procedimento visa aferir a capacidade de gestão de mão de obra. Apesar da atividade de motorista exigir certa especialidade, não se verifica a especificidade necessária para justificar a comprovação do exercício de atividades idênticas ou mesmo similares, o que encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, *in fine*:

*Em regra, as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva, a exemplo da comprovação da realização de serviços de dragagem mediante sucção e recalque, em detrimento de outros sistemas.*

*(Acórdão n. 1742/2016, Rel. Min. Bruno Dantas, Plenário, j. 06.07.2016)*

Desse modo, as alegações da recorrente não encontram qualquer amparo legal ou fático, o que enseja **o indeferimento do recurso interposto, mantendo-se a decisão de inabilitação da recorrente e a ratificação da decisão que declarou a empresa recorrida vencedora do certame.**

Maricá, 17 de maio de 2023.

Adriana Luiza da Costa  
Secretária de Educação  
Mat. n. 106.010